



NOTA DE ABERTURA

JOÃO CARLOS ESPADA

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA.
DIRECTOR DA NOVA CIDADANIA

*“Quanto maior for o poder,
maior será o perigo de abuso”*

EDMUND BURKE

100 ANOS DE REPÚBLICA



Para assinalar os 100 anos da instauração da República em Portugal, Nova Cidadania optou por uma abordagem pouco comum entre nós: a análise das ideias expostas por alguns dos principais autores da I República. Trata-se de um exercício conjunto de Teoria Política e de História das Ideias Políticas. Os resultados são ligeiramente devastadores.

A I República reclamou fundamentalmente o ideal da Liberdade. Muitos dos seus críticos acusaram-na, aliás, de liberal. Mas os autores republicanos tratados nesta edição não pareciam particularmente preocupados com a liberdade. Embora usassem o termo frequentemente, eles pareciam mais inclinados para a conformidade com as suas próprias ideias, que consideravam libertadoras.

Por outras palavras, eles não entendiam a liberdade como os amigos da liberdade sempre a consideraram, isto é, como liberdade de consciência, ou ausência de coerção por terceiros. Para os autores republicanos aqui discutidos, liberdade era sinónimo de concordância com as suas próprias ideias particulares, designadamente a hostilidade para com a monarquia e a religião católica. Por isso, em vez de defenderem um governo pequeno e limitado pela lei, árbitro e garante da igual liberdade de todos, estes republicanos defenderam o papel revolucionário do governo na mudança dos modos de vida e das visões do mundo realmente existentes entre a população – a qual, por sua vez, consideravam ignorante.

Nós conhecemos a genealogia destas ideias: elas vêm da cultura iliberal, jacobina e napoleónica, com raízes no absolutismo do Antigo Regime das potências continentais, sobretudo francesa e espanhola. Os seus efeitos foram devastadores na Europa continental e naquelas regiões do mundo, como a América Latina e a Rússia, onde a sua influência predominou. Geraram aquilo que Tocqueville designou por “conflito estéril entre o Antigo Regime e a Revolução”. Produziram gigantescos aparelhos burocráticos de Estado, despesistas e caprichosos, quase sempre à beira da bancarrota, sempre ávidos de novos impostos, e sempre desconfiados das energias espontâneas dos indivíduos, das famílias e das instituições intermédias da sociedade civil.

Seria útil que os 100 anos da instauração da República em Portugal ajudassem a consagrar o abandono das ideias centralistas e autoritárias que detectámos em vários autores da I República. E seria útil que a reflexão sobre esse autoritarismo alegadamente progressista ajudasse a consolidar os esforços continuados de todos os Presidentes da República eleitos desde o 25 de Abril: Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva. Todos eles tentaram pacificar a sociedade portuguesa e exercer o seu poder moderador ao serviço de todos os Portugueses, e não apenas daqueles que os elegeram. Fazemos votos de que o próximo Presidente da República, a eleger livremente pelos Portugueses em Janeiro próximo, saiba continuar essa honrosa tradição de equilíbrio e moderação.

